

5 - Sudoeste do paraná: a p s-gradua o (*stricto sensu*) e as interfaces com o desenvolvimento regional

Autores	Filia�o	Email
Jozeane Iop	UTFPR	jozeaneiop@gmail.com
Marlize Rubin-Oliveira	UTFPR	rubin@utfpr.edu.br
Giovanna Pezarico	UTFPR	gpezarico@utfpr.edu.br

Direitos de cópia - creative commons.

Recebido em: 20-10-14

Aprovado em: 20-07-15

Disponibiliza o no site

Páginas: 76-98

ID do artigo 1865

Editor Científico: Prof. Dr. Osni Hoss, Ph.D.

Resumo

A expansão da Pós-Gradua o brasileira   marcada por desafios, questionamentos e problemas de um país ainda em constru o, no contexto, principalmente, de universidades ainda jovens se comparadas as universidades Europeias, Norte Americanas e até mesmo Latino Americanas. O que se percebe hoje,   que a universidade brasileira vive o seu segundo maior movimento de expansão desse nível de ensino, vinculado as políticas públicas de desenvolvimento. Nesse contexto, este artigo tem o objetivo de caracterizar a região Sudoeste do Paraná a partir de dados gerais no que diz respeito a expansão da Pós-Gradua o (*Stricto Sensu*) e suas interfaces com o desenvolvimento regional. Os procedimentos metodológicos para a consecua o dos objetivos, aqui propostos, fundamentaram-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, a partir de análise de conteúdo de 11 documentos de áreas (Base 2013) dos programas de Pós-Gradua o, conforme área de avalia o e 12 Propostas dos Programas de Pós-Gradua o, localizado no Caderno de Indicadores (Base 2012), que ofereceram as bases para esse estudo. Para isso, observou-se que a região caracteriza-se pela influência econômica dos Arranjos Produtivos Locais - APL's de confec o, metalurgia, moveleira, alumínio e de software, bem como atividades agrícolas e não agrícolas. Por outro lado, a implementa o de Programas de Pós-Gradua o (*Stricto Sensu*) a partir de ano de 2007, vinculados as IES públicas, se coloca como um forte elemento ao desenvolvimento da região. Diante disso, foi possível constatar que o processo de expansão da Educa o Superior e da verticaliza o da Pós-Gradua o (*Stricto Sensu*), ocorreram virtude dos movimentos nacionais de expansão, interioriza o e verticaliza o da Educa o Superior e esse movimento foi ressignificado na região a partir de suas características e movimentos locais.

Palavras-Chaves: Pós-Gradua o (*Stricto Sensu*), Desenvolvimento Regional, Sudoeste do Paraná.

Abstract

The expansion of Brazilian graduate is marked by challenges, questions and problems of a country still under construction, in the context mainly of universities still young compared to European, North American and Latin American universities even. What we see today is that the Brazilian university experiencing its second major expansion move this level of education, linked to public policy development. In this context, this article aims to characterize the Southwestern region of Paraná from general data regarding the expansion of Postgraduate (*Stricto Sensu*) and their interfaces with regional development. The methodological procedures for achieving the objectives proposed here were based on the assumptions of qualitative research, from content analysis of 11 documents Areas (Base 2013) for the Postgraduate programs as assessment area and 12 Proposals of Posgraduate Programs, located in Notebook Indicators (Base 2012), who provided the basis for this study. For this, we observed that the region is characterized by the economic influence of the Local Productive Arrangements - APL's cooking, metalwork, furniture, aluminum and software, as well as agricultural and non-agricultural activities. On the other hand, the implementation of Posgraduate Programs (*Stricto Sensu*) from 2007, tied public HEIs, stands as a strong element to the development of the region. Therefore, we determined

that the process of expansion of higher education and verticalization of Postgraduate (*Stricto Sensu*), occurred because of the national movements of expansion, vertical integration and internalization of higher education and this movement was reframed in the region from their characteristics and local movements.

Key Words: Postgraduation (*Stricto Sensu*), Regional Development, Southwest of Paraná.

1 INTRODUÇÃO

A Pós-Graduação brasileira nasce na década de 1970, por meio de políticas públicas voltadas a um projeto de segurança nacional dos governos militares. Desde então é possível perceber, nas políticas de Pós-Graduação, uma vinculação estreita com movimentos e políticas públicas de desenvolvimento de cada governo, com forte influencia dos movimentos organismos internacionais que exercem força política. Ao mesmo tempo é possível perceber que cada região do país e cada instituição ressignificam as políticas públicas a partir de seus movimentos e potencialidades também locais.

Assim, esse artigo - como parte de um projeto mais amplo de dissertação de mestrado - teve o objetivo de caracterizar a região Sudoeste do Paraná a partir de dados gerais no que diz respeito a expansão da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) e suas interfaces com o desenvolvimento regional.

Para isso, utilizou-se como procedimentos metodológicos propostos pressupostos da pesquisa qualitativa, a partir de análise conteúdo (BARDIN, 1977) de 11 documentos de Áreas (Base 2013) dos programas de Pós-Graduação, conforme área de avaliação e 12 Propostas dos Programas de Pós-Graduação, localizado no Caderno de Indicadores (Base 2012), disponíveis no portal da CAPES, (2014), bem como políticas públicas para a Pós-Graduação a brasileira. Em um primeiro momento foram identificadas políticas públicas vinculadas ao processo de expansão da Educação Superior do contexto da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*). Além disso, buscou-se a compreensão do contexto internacional da Educação Superior, da expansão no Brasil e na região Sudoeste do Paraná. Assim, neste viés, procurou-se identificar os Programas de Pós-Graduação existentes na região.

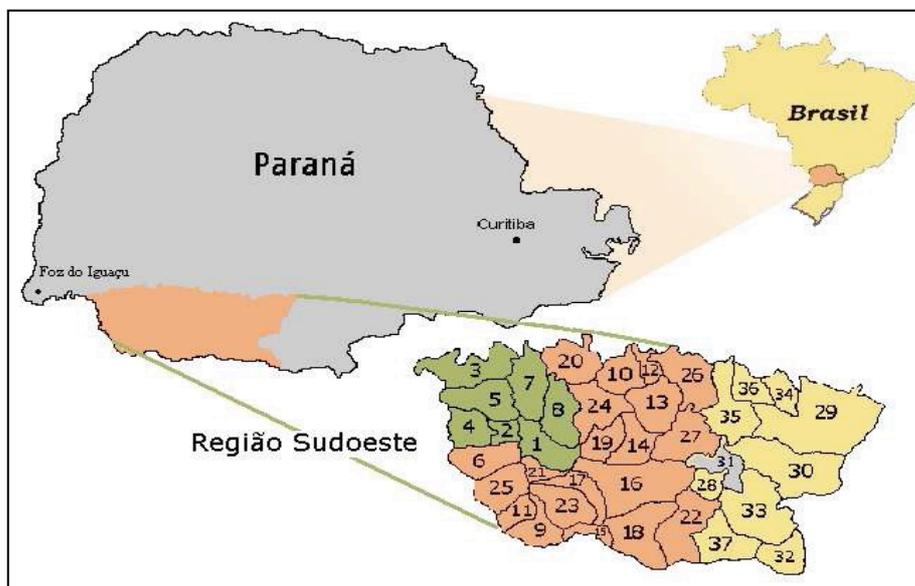
Considerando os objetivos propostos e o conjunto de análises realizadas, o artigo foi organizado em duas seções, para além desta introdução e das conclusões. A primeira seção tem o objetivo de apresentar e caracterizar o Sudoeste do Paraná para dessa forma, compreender o processo de expansão da Educação Superior bem como, a Pós-Graduação (*Stricto Sensu*). A segunda seção dedica-se a dialogar sobre as principais características das políticas públicas para a Educação Superior, no contexto da expansão da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) na esfera nacional e regional e suas interfaces com o desenvolvimento.

2 O SUDOESTE DO PARANÁ

Esta seção caracteriza a região Sudoeste do Paraná, a partir dos dados gerais para assim, contextualizar a Educação Superior, em específico a Pós-Graduação.

Desde a década de 1970, a Educação Superior brasileira passa por mudanças e transformações apresentando dinâmicas e movimentos constituído por políticas públicas e movimentos sociais que fomentaram o processo de expansão deste nível de ensino. Tal processo também foi vivenciado na região Sudoeste do Paraná, tanto pela via pública quanto pela via privada, no entanto, cada um com suas singularidades.

O Sudoeste do Paraná está, em termos geográficos, situado na região Sul do Brasil, possui uma popula o que segundo o Censo do IBGE de 2010   de 587.505 habitantes, composta por 42 municípios (AMSOP, 2014) em uma área territorial de 17.060,444 km². Nesse território geográfico estão presentes 42 municípios, conforme ilustra o do mapa abaixo:



Mapa 01 – Localiza o da Região Sudoeste do Paraná

Fonte: Perondi, et. al. (2007, p.04).

Essa região possui um PIB Per Capita de R\$ 16.100,00, média nos municípios do Sudoeste do Paraná (IBGE/IPARDES, 2012), com um  ndice de desenvolvimento humano (IDH - M) de 0,76 (AMSOP, 2000). No que concerne   economia da região Sudoeste, caracteriza-se pela produ o de soja, milho, trigo, bem como na cria o de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos e uma forte na área de serviços com a influência dos Arranjos Produtivos Locais – APL’s de confec o, metalurgia, moveleira, alumínio e de software.

Acerca da caracteriza o da região Sudoeste do Paraná,   importante apontar algumas particularidades que exibem as possibilidades e limites para o desenvolvimento da região.

A região se caracteriza por apresentar em alguns dos principais traços do processo de coloniza o da região Sul do Brasil, tais como: (1) o acesso   terra de forma permanente e via título de propriedade; (2) uma coloniza o que envolveu todos os municípios de uma região considerada; (3) a conforma o no meio rural de um padrão de trabalho baseado na família e; (4) relevo com áreas de encostas e clima temperado (PERONDI et. al., 2007, p.4).

Sob o aspecto da diversifica o das atividades econ micas rurais que “demonstra forte intera o entre as atividades agrícolas e não-agrícolas” (PERONDI, et. al, 2007, p. 8), parecem surgir sob uma nova perspectiva para atender aos modelos de desenvolvimento.

O que se apresenta são “políticas públicas de apoio   diversifica o do meio de vida da agricultura familiar, de forma geral,   possível concluir que além de procurar fortalecer as atividades agrícolas no interior das propriedades familiares”, sendo que

essas políticas apresentam “objetivo de diferenciar e verticalizar a produção agrícola, como também estimular a formação de um ambiente (no sentido social e econômico) mais propício ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural” (PERONDI, et. al., 2007, p. 19).

Outro fator proeminente na região Sudoeste que constituem em atividades econômicas, são os denominados Arranjos Produtivos Locais – APL´s e contribuem no fomento da aproximação da educação profissional e atividades econômicas locais. “Observa-se a valorização e a forte vinculação dos arranjos produtivos locais como proposta para o desenvolvimento regional, implicando em uma temática complexa” (MARINI, 2012, p. 109).

Para Marini (2012, p.119) “um sistema localizado de agentes econômicos, políticos e sociais ligados a um mesmo setor ou atividade econômica, que possuem vínculos produtivos e institucionais entre si, de modo a proporcionar aos produtores um conjunto de benefícios relacionados com a aglomeração das empresas”. A preocupação está basicamente em questões econômicas, contudo, novas abordagens permitem uma visão sistêmica e as discussões transcorrem para diálogos interdisciplinares que compõem áreas de gestão, planejamento, geografia, engenharias e outras.

Entre as diversas características e estudos ao entorno desses movimentos, propiciou a regulação de cinco arranjos produtivos locais, tomando por base a maximização das potencialidades em âmbito regional, bem como na superação da racionalidade moderna pelo qual o capitalismo conduz regras ao mercado.

A realidade esboçada culmina com a região Sudoeste do Paraná, com estímulos do governo para a criação e formalização de empresas agrupadas por um mesmo segmento, ou seja, “em uma região com atividades predominantemente extrativas e de produção agrícola levou ao aparecimento de aglomerados caracterizados como Arranjos Produtivos Locais - APLs, sendo composto por empresas que buscam cooperação e competitividade baseadas nos novos regimes de acumulação capitalista (KUMMER, et. al., 2012, p.3).

A partir da função das políticas públicas, como instrumentos de apoio ao desenvolvimento das aglomerações produtivas e articulado com a educação é que surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. “Os governos passam a observá-las como oportunidades de fomento a atividades econômicas de desenvolvimento local e regional” (SCHLEMPER, 2013, p. 61).

No que se refere às políticas públicas de Educação Superior é possível observar principalmente a partir dos estudos de Rubin-Oliveira (2003) e Rubin-Oliveira, Pezarico e Freitag (2012) que a região Sudoeste do Paraná acompanhou os movimentos nacionais expansão, interiorização e mais recentemente verticalização. A região sudoeste possui 34 IES públicas e privadas, que contemplam 09 instituições públicas e 25 instituições privadas, com uma oferta aproximada a 10.300 vagas que estão disponibilizados em áreas diversas (RUBIN-OLIVEIRA, PEZARICO e FREITAG, 2012).

Essas IES contribuem para a formação profissional, especialmente com acesso pelas instituições públicas e privadas, que contemplam Cursos de Graduação na formação de Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia; e ensino na Pós-Graduação em Cursos de Especialização e Programas de Mestrado e Doutorado.

O contexto da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) nas universidades da Região Sudoeste, refletem também as políticas públicas de interiorização e de expansão, bem como a política de internacionalização como um meio para produção do conhecimento científico, tendo como viés a pesquisa e extensão.

O movimento de expansão das IES públicas e privadas no Sudoeste do Paraná se deu na década de 1990 até meados de 2010, que contemplam cursos de graduação na formação de bacharelado, licenciatura e tecnológica. Nos anos de 2000 ocorre a verticalização do ensino na Pós-Graduação em cursos de especialização (*Lato Sensu*), com Programas de mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*). A região sudoeste possui 20 IES públicas e privadas de ensino presencial. Destas, 10 IES são de caráter público e 10 de caráter privado.

O gráfico abaixo apresenta um panorama geral dos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) na região Sudoeste do Paraná, ou seja, as modalidades dos cursos, as quantidades e em quais Grandes Áreas estão vinculados.

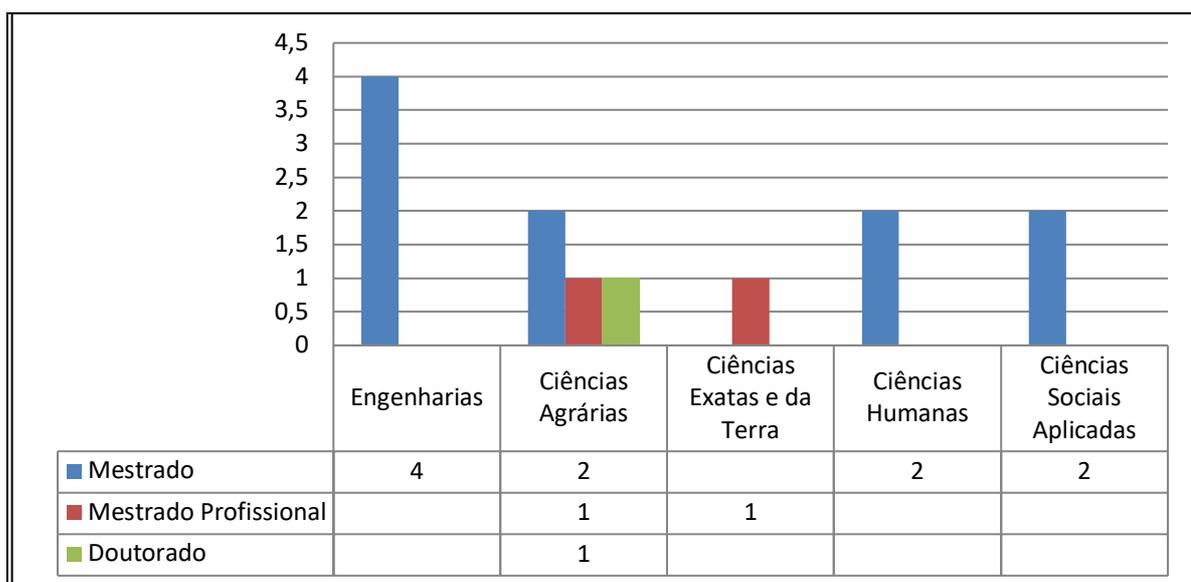


Gráfico 01 – Panorama Geral dos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) na região Sudoeste do Paraná

Fonte: Dados da pesquisa, (2014).

Foi a partir dos anos de 2007 que a região, mais especificamente em três (3) municípios, sendo eles: Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, abrigam as universidades federais e estaduais com cursos de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em áreas de Ciências Agrárias, Engenharias, Matemática, Probabilidade e Estatística, Planejamento Urbano e Regional/ Demografia, Zootecnia/Recursos Pesqueiros, Ciência de Alimentos, Educação e Geografia.

Até o momento atual, foram implementados 13 Cursos de Pós-Graduação nesta região, sendo 12 mestrados e 1 doutorado, os quais estão locados em três municípios que abrigam as universidades federais e estaduais. Os programas situam-se no campo da Agronomia, Desenvolvimento Regional, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção e Sistema, Engenharia Civil, Matemática em Rede Nacional, Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos, Tecnologia de Alimentos, Zootecnia, Educação, Geografia e Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Assim, essa região foi marcada pelo movimento de criação dos novos programas em diversas áreas do conhecimento, e que tais movimentos estão vinculados a diversos grupos de pesquisadores dessas instituições e pelas políticas públicas governamentais instituídas nessas últimas duas décadas.

Em virtude disso, percebe-se que a Educação Superior passa por transformações

na esfera econômica e política apresentando dinâmicas e movimentos oriundos de um panorama constituído por políticas públicas que fomentaram o processo de expansão deste nível de ensino, que estão vinculados sob o imperativo da modernização da economia, do social e cultural do país.

3 Pós-graduação (*stricto sensu*): interfaces com o desenvolvimento regional

Esta seção busca identificar as principais características das políticas públicas para a Educação Superior, no que tange a expansão da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) na esfera nacional e regional e suas interfaces com o desenvolvimento.

Para Franco e Morosini (2003), nas últimas quatro décadas é possível estabelecer três fases das políticas públicas brasileiras para a Educação Superior na vertente da expansão: a primeira fase se deu com o movimento da sociedade para a expansão das IES na interiorização da Educação Superior e criação dos cursos de Pós-Graduação. Na segunda fase devido às pressões por titulação ocorre o movimento para a expansão dos cursos de Pós-Graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), e por fim, na terceira fase a diversificação dos cursos e programas configurando um sistema de educação continuada.

Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança (SOUSA SANTOS, 2010, p. 187).

Cabe reconhecer que os processos decorrentes da expansão da Educação Superior, encontram-se situado no amplo contexto de movimentos em que instituições como a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e OECD - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico e organismos nacionais, instituem determinantes forças políticas. Essas orientam políticas públicas de todo o sistema da Educação Superior, que por sua vez, ressignificam as diretrizes das instituições internacionais e dos movimentos do global para o local, e que inversamente esses movimentos também são verdadeiros.

Expandir o acesso da Educação Superior, também traz desafios, pois “a hegemonia da universidade não é pensável fora da dicotomia educação-trabalho. Essa dicotomia começou a significar a existência de dois mundos com muito pouco ou nenhuma comunicação entre si: o mundo ilustrado e o mundo do trabalho” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 195).

Deste modo, as políticas públicas de expansão da Educação Superior com ênfase na Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) serão elencadas de acordo com os três grandes movimentos expansionistas da Pós-Graduação nos contextos políticos e econômicos, concomitante com olhar nos cinco primeiros Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPG’s, constituídos no período de 1975 a 2010, período de grande crescimento da Pós-Graduação brasileira.

Esses movimentos expansionistas são advindos das políticas públicas da Educação Superior no Brasil, relacionadas às estratégias que configuram a globalização econômica e social, bem como movimentos locais.

Sendo assim, a **primeira fase (década de 1970)** da expansão das Institui es de Ensino Superior ocorreu no movimento de pressões exercidas pelas comunidades para disporem de Educa o Superior. As principais mudanças mediadas pela expansão foram de interioriza o do ensino superior e cria o dos cursos de Pós-Gradua o.

Denota-se que o processo de interioriza o da Educa o Superior no Brasil ocorreu diante de determinado contexto econômico, social e político, sendo atribuído   educa o papel principal na moderniza o socioecon mica. E, assim a educa o   vinculada   ideologia de moderniza o capitalista e conseqentemente da industrializa o perante necessidade de afirma o das forças sociais e capitalistas hegem nicas.

Nesta defini o, estaríamos assim, no limiar de uma nova época e que tal situa o foi observada na região Sudoeste do Paraná, quando da instala o das primeiras institui es da Educa o Superior com cursos de gradua o instalando-se na região. "Em 30 de junho de 1975, através do decreto n  75.916/75, o Ministério da Educa o autorizou o funcionamento da Funda o de Ciências Contábeis e de Administra o de Pato Branco – FACICON" (PASTRO, 1999, p.34).

Impreter vel destacar, que a realidade em torno do contexto educacional, teve início a partir do processo de reformas para a expansão na década de 80, que se instaura uma política pública pela qual descentraliza a Educa o Superior para o interior do Paraná. Mas, somente a partir da LDB/96   que d  o impulsionamento da expansão da Educa o Superior, sendo que o mesmo ocorre pela via da iniciativa privada.

Assim, no ano de 1980   autorizado o funcionamento de mais uma faculdade na região Sudoeste do Paraná, denominada de Faculdades Reunidas de Administra o, Ciências Contábeis e Ciências Econ micas de Palmas, denominada de FACEPAL, sendo que em conjunto com a FAFI, a institui o mantenedora foi o Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA).

Ainda nesta década,

a FACICON havia iniciado um processo, onde propunha altera o na sua denomina o para Funda o de Ensino Superior de Pato Branco – FUNESP. Além disso, objetivava também a expansão das atividades da Institui o. Esse processo visava atender a necessidade de cria o de novos cursos que atendessem   demanda e colaborassem com o Desenvolvimento Regional (PASTRO, 1999, p.34).

Desse modo, a Educa o Superior como campo de disputas apresenta expressiva centralidade na região em estudo, constituindo-se como um elemento necessário para o desenvolvimento e crescimento de uma sociedade.

O contexto de desenvolvimento refletia até os anos de 1970, o desenvolvimento da sociedade e que permeava pelas a es econ micas e políticas para com o aumento da produ o e conseqentemente o aumento do consumo. Após esse período tem início um novo desafio para a questão do desenvolvimento da sociedade, constando no Relatório de Brundtland (1987)¹ um novo conceito para

¹ No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. A comissão foi criada em 1983, após uma avalia o dos 10 anos da

desenvolvimento: “manutenção e preservação dos recursos naturais para as gerações futuras” (SILVA, 2005).

Para Furtado (1988), o desenvolvimento precisa ser pensado de maneira multidisciplinar e não apenas econômico e ou tecnológico. No que diz respeito a multidisciplinaridade Bell e Morse (2003) apud Silva (2005), ressaltam que a mesma envolve aspectos voltados à economia, cultura, social e ambiental (utilização dos recursos), dentre outros.

Assim, esses autores conceituam que o desenvolvimento é o como se pretende alcançar um determinado objetivo. A relação estabelecida sobre o tema é tomado como sinônimo de crescimento econômico em um ponto de vista que as relações de poder e os limites do meio ambiente não são ponderados.

A relação estabelecida sobre o tema é tomado como sinônimo de crescimento econômico em um ponto de vista que as relações de poder e os limites do meio ambiente não são ponderados. No entanto, “analisa-se o movimento de expansão do capital e sua intrínseca racionalidade, que, entre outros efeitos, produz a mercantilização do saber, da ciência e do campo educacional” (SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001, p. 21).

Tal processo provoca mudanças na identidade e na função social da universidade. Com essa perspectiva e à luz do que Celso Furtado diz em um dos seus comunicados, “só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente” (FURTADO, 2006, p. 7).

Essas questões implicam sempre numa mudança social em termos do padrão de organização e do modo de regulação predominantes existentes numa dada sociedade, mesmo que seja complexa e variável. Tais evidências encontram-se nos estudos e discursos, de que a educação tem implicações no processo motriz para o desenvolvimento econômico, social, política e ambiental.

A partir destas discussões é que a Educação Superior se depara também em questões das políticas públicas, e que o Brasil passa por constantes mudanças e sofrem intervenções diretas do Estado. Diante disso, considerar que “as políticas públicas são mediações dos conflitos sociais tanto no sentido de atender demandas de determinados setores e movimentos sociais, articulados ou não com as tensões de classe, quanto no sentido de escamoteá-las” (ALMEIDA e CATANI, 2012, p. 218).

Além disso, as políticas públicas são diretrizes, ações estabelecidas em documentos por meio de leis, programas e linhas de financiamentos para que os recursos públicos sejam investidos condizentes com as necessidades da sociedade. É inegável que mesmo diante de uma racionalidade econômica do capital, existem educadores que primam pela educação para que as desigualdades sociais sejam minimizadas, na tentativa de uma sociedade mais justa (BERNARTT, 2006).

E é neste arcabouço que a Educação Superior no Brasil é impulsionada pelas políticas públicas, sobretudo na década de 1970, para a sua diversificação e na qual a Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) é um dos fatores de múltiplas influências e que envolve a formulação de intenções e negociações.

Estes movimentos exemplificam o processo de expansão em âmbito nacional e regional, frente às políticas públicas para interiorizar a Educação Superior no nível de

Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland.

graduao, bem como criando condioes para ampliao e verticalizao desses sistemas educativos. De modo que, esse processo também aconteceu para a expansão dos cursos de Pós-Graduao nas regioes brasileiras, os quais acompanharam as mudanças atreladas  aplicao e regulao das políticas públicas educacionais ancoradas e articuladas mediante os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Dias Sobrinho (2000, p.151), relata que de um lado a universidade  cobrada para estar comprometida no âmbito social de desenvolvimento, tanto quanto responder aos desafios e demandas dos setores da sociedade e governamentais. Contudo, “da universidade são exigidas mais respostas e produtividade, em ritmos adequados a instituioes de outro tipo, em matérias que nem sempre consegue escolher, com srios abalos  sua autonomia, se  que autonomia existe”.

 por esta razão que no momento em que se discute como e quais os planos, as estrategias e ou as políticas públicas para a expansão que vigoram nas instituioes e universidades públicas federais e estaduais,  oportuno conhecer um pouco da história da política nacional de Pós-Graduao através das propostas dos Planos Nacionais de Pós-Graduao - PNPG, como uma política pública do Plano Nacional da Educao (PNE) e vinculada a CAPES e ao MEC.

Ainda no período da ditadura militar, o **I PNPG (1975-1979)**² do país  aprovado. Os documentos expressavam os principais objetivos em relao às atividades de Pós-Graduao para aquele período, contudo, o Plano delatava a necessidade de planejamento e articulao dessas atividades.  importante destacar que o governo entendia como estratégico o ensino de Pós-Graduao para o país e tinha inteno de orientar o seu crescimento, estabelecendo diretrizes a serem seguidas.

As estrategias de planejamento transcorreram desde esse período para atender a demanda em transformar os cursos de Pós-Graduao em mestrado e doutorado, com viés na pesquisa para expansoes geossociais, ou seja, para atender ao que estava previsto nos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social. Quanto aos objetivos e diretrizes gerais do I PNPG, os mesmos evidenciavam a formao de professores para a universidade, formar pesquisadores para o trabalho científicos e preparar profissionais para atender a demanda do mercado de trabalho em instituioes públicas e privadas (MEC, 2005).

Dessa forma, o que se explicita na Educao Superior  que “na reforma universitária atual  a incitao de que a universidade, juntamente com outras instituioes como as empresas, o governo e as organizaoes não-governamentais estariam tendendo, nas suas atividades de pesquisa, a desenvolver um novo modo de produo do conhecimento, dentro da concepo de educao para a competitividade” (BERNARTT, 2006, p. 150).

² O I PNPG (1975-1979) partiu da constatao de que o processo de expansão da Pós-Graduao havia sido até então parcialmente espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais. A partir daquele momento, a expansão deveria tornar-se objeto de planejamento estatal, considerando a Pós-Graduao como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional. Deveria, então, estar integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico e, assim, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), através do Plano Setorial de Educao e Cultura (PSEC) e ao II PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), para o período 1975-1980 (BRASIL, 2004, p. 25).

As medidas implementadas em cinco anos, diagnosticaram que a partir da realização dos cursos de Pós-Graduação, os mesmos colaboraram para a melhoria do professor universitário e para o atendimento de necessidades conjunturais do mercado de trabalho. Contudo, as formulações das estratégias da política educacional e científica, não vigoraram isoladamente dos planos governamentais para o processo socioeconômico da sociedade.

O processo político-administrativo desencadeado por este Plano deve ser conduzido de acordo com as diretrizes enunciadas, cuidando, em primeiro lugar, que as decisões sejam articuladas com, o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como condição essencial de coerência no plano governamental; e, em segundo lugar, que as políticas e programas decorrentes sejam representativos em sua concepção e adoção a nível de universidade ou instituição de ensino, como condição essencial de compromisso no plano educacional (BRASIL, 2004, p. 162).

É nesta conjuntura que desponta a necessidade da expansão da Pós-Graduação em nível de especialização e mestrado, oriunda de investimentos mediante políticas públicas tendo como modelo norte-americano, devido ao grande número de professores que estudaram nestes países e após retornaram ao Brasil. Neste período, existe a “necessidade de estabelecer princípios epistemológicos e metodológicos para poder diferenciar e articular os conhecimentos científicos e técnicos” em um processo de integração entre sociedade e educação (LEFF, 2010).

Diante do exposto, os cursos de Pós-Graduação foram implantados nos anos de 1970, como parte integrante dos planos de desenvolvimento econômico e social através dos Planos Nacionais de Pós-Graduação - PNPG's, mas eles se consolidaram, efetivamente, como sistema na década de 1980.

Emerge a partir desse movimento, a **segunda fase (década de 1980 e início dos anos de 1990) da expansão dos cursos de Pós-Graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado)** ocorreu no movimento de pressões por titulação.

A atividade da Pós-Graduação brasileira³ é contemporânea, vinculada em um contexto de modernização no Brasil que está dividida em cursos *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, segundo estabelecimento de normas ao funcionamento dos cursos contidas na Resolução CNE/CES nº 1 de 2001 (BRASIL, 2010).

No viés desenvolvimentista, o papel da Pós-Graduação para a educação tem a função de qualificação de recursos humanos e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, no sentido de permitir a expansão da indústria brasileira.

É importante identificar os mecanismos que operam no âmbito educacional e entender que as metas governamentais estão em consonância com a perspectiva de evolução da ideia de desenvolvimento da sociedade, além da relação do sistema de produção para elevar a produtividade da força de trabalho.

Em congruência com esse contexto, é que as discussões acerca da Educação Superior brasileira no **II PNPG (1982-1985)** prevalece que, “o objetivo central consiste na formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de

³ A Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) envolve os cursos de mestrado e doutorado, além de uma nova modalidade que é o mestrado profissional, sendo que a Pós-Graduação contempla a última etapa da educação formal que está atrelada aos níveis de ensino anteriores. “A Pós-Graduação (*Lato Sensu*) é constituída por cursos de especialização, aperfeiçoamento, como por exemplo, o MBA – Master Business Administration” (MOROSINI, 2012, p. 6).

pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, para atendimento às demandas dos setores público e privado” (BRASIL, 2004, p. 177).

Este Plano priorizava a expansão da capacita o dos docentes, a eleva o da qualidade e a participa o dos docentes em eventos científicos e a elabora o de textos para publica o. Ao logo do texto, dois temas principais são enfocados: a qualidade e a flexibilidade.

Esse Plano fundamenta-se em premissas de que “a existência de um número crescente de profissionais, pesquisadores e docentes altamente qualificados viabiliza um desenvolvimento científico, tecnológico e cultural” que garanta a afirma o dos valores legitimamente brasileiros. Outra premissa   que a “consolida o da Pós-Gradua o depende de um sistema universitário e de institutos de pesquisa, estável e dinâmico em todos os seus níveis e setores”, bem como o engajamento de docentes e pesquisadores na produ o de novos conhecimentos científicos, tecnológicos ou culturais (BRASIL, 2004, p. 178).

A perspectiva enfocada pelo documento aponta para tensões a partir de uma ordem da Educa o Superior de diálogos entre conceitos e processos para a diversidade do conhecimento, ou seja, na produ o de conhecimentos alternativos frente aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores.

A reflexão sobre o segundo plano também vigora na premissa de que a humanidade interage com o meio e que um número maior de pessoas altamente qualificadas viabilizaria o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural no Brasil. Assim, “o mais importante   que a ideia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece em nossa época. Nela se funda o processo de inven o cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo” (DA VEIGA, 2005, p. 3).

Trata-se de fortalecer e incrementar projetos conjuntos de pesquisa e cria o de redes de pesquisadores e docentes na mobiliza o das competências e dos valores universitários, para a promo o da cultura e edifica o de uma sociedade.

Ainda nessa década, foi produzido o **III PNPG (1986-1989)**, e o país entrava na terceira etapa da transi o democrática, com a participa o dos setores organizados da sociedade. A introdu o do III PNPG tem ênfase principal na “institucionaliza o e a amplia o da pesquisa nas universidades e a integra o da Pós-Gradua o ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia” (BRASIL, 2004, p. 194).

Esse plano estabeleceu estratégias que garantiria ao sistema de Pós-Gradua o a rápida expansão com a implementa o de novos programas de mestrado e doutorado; e, sinaliza a continuidade do zelo pela qualidade acad mico-científica.

Embora a universidade brasileira mantenha elementos tradicionais, principalmente no modelo de ensino, o que se percebe   que a mesma tem a necessidade de trilhar novos espaços para atender as reais necessidades que vigoram para o desenvolvimento do país. Para Furtado (2000), o desenvolvimento precisa ser entendido como processo de transforma o da sociedade em rela o aos meios e aos fins.

Para isso, um dos processos passa a ser o planejamento de políticas públicas educacionais para um desenvolvimento, baseado em aspectos do conhecimento, tecnológicos e culturais de uma sociedade. Isso incorre na necessidade de compreender as interrela es que se estabelecem entre os processos históricos, econ micos e culturais no desenvolvimento de forças produtivas da sociedade.

As metas e diretrizes apresentadas pelo III PNPG perante necessidade de institucionaliza o da pesquisa e da Pós-Gradua o nas universidades, de

investimentos e de expansão do sistema como um todo, tem o apoio da Constituição de 1988 que consolidou a participação da iniciativa privada na Educação Superior⁴, no entanto, a instituição de caráter privado não tem a concessão para requerer recursos públicos com o intento de financiar as suas atividades.

Nesta questão, a Carta Constitucional de 1988 serve também de parâmetro para normativas que instituiu princípios e mecanismos fundamentais para a organização do trabalho nas Instituições de Educação Superior – IES, conseqüentemente a Pós-Graduação. As reformas institucionais da educação iniciadas nos anos de 1990 voltaram-se, em grande medida, à educação técnica e tecnológica que passam por transformações na busca de uma gestão para o desenvolvimento econômico.

Em um depoimento nos Cadernos de Desenvolvimento, Celso Furtado enfatiza que o que torna a questão brasileira complicada é o fato de que

o nosso subdesenvolvimento não depende apenas da insuficiente transferência de formas mais modernas de tecnologia para o processo produtivo, mas o fato de que herdamos do nosso passado colonial, do nosso longo passado escravocrata e subescravocrata, que marca a República Velha, uma gigantesca massa de pessoas destituídas de educação, de cultura, de qualquer meio de produção, e que formam um setor importantíssimo de população sem condições de ter acesso às formas de modernidade (FURTADO, 2006, p. 247).

Avançar em direção à meta de prover a Educação Superior, requer transformações nos modelos educativos e exige aperfeiçoar e articular os distintos níveis de formação de pessoas para serem capazes de transformar a informação em conhecimento.

Por outro lado, para a expansão das IES, medidas especialmente importantes, asseguraram o ritmo de expansão de matrículas e a criação das instituições de ensino que deu continuidade até meados da década de 1990. “O crescimento deu-se, portanto, via instituições particulares e, sobretudo, através de estabelecimentos isolados” (ROSSATO, 2005, p. 147).

Mediante essas contingências, o Ministério da Educação – MEC, na década de 1990, reestrutura o sistema de Educação Superior e implementa uma série de medidas de ordem legal, tais como a LDB, Decretos, Portarias, envio ao Congresso Nacional de Medidas Provisórias, Propostas de Emendas Constitucionais, com propósitos de ordem econômica e de pessoal (SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001).

O projeto apresentado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) em 1995, teve como objetivo transcrito no documento transformar o status jurídico das universidades públicas para organizações sociais, entidades públicas não estatais, fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos, e assim infere em um modelo de gestão para as instituições públicas. Para essa proposta, quatro características fundamentais foram determinantes ao sistema federal: privatização, diferenciação, flexibilização, descentralização das estruturas e centralização de controle das IFES. Esse contexto teve a pretensão em retomar o viés

⁴ Art. 213 - os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei. Para as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, em caráter de fomento, desde que atenda as condições fixadas nos seus incisos. No parágrafo 2, as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público (BRASIL, 1988).

produtivista dos anos de 1960 (SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2001).

Em 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educa o Nacional (LDB no. 9.394/96), que marca o início de uma ampla reforma na educa o que abarca um conjunto complexo e diversificado de IES públicas e privadas (BRASIL, 1996). Essa Lei tem o intuito de desenvolver processos formativos no âmbito social e familiar, contribuindo para a forma o humana e cidad  , compromisso  tico e responsabilidade social. Além de acordar com a coexistência entre as institui es públicas e as institui es privadas de ensino, também contempla o resguardo da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A busca pela compreens  o das medidas que impulsiona e/ou expande as questões educacionais nas quais envolveram planos e estratégias em um contexto nacional, também considera relevante a busca de informa es sobre como esse fen meno transcorreu no contexto local.

Em se tratando das din  micas e movimentos da Educa o Superior e no contexto de interioriza o das universidades, esse fen meno tem continuidade na regi  o Sudoeste do Paran   nesta década de 1990, a partir de três frentes: a primeira a partir da verticaliza o do ensino médio para o superior de escolas particulares, a segunda a partir da iniciativa de grupos empresariais e a terceira frente observado, foi com rela o   expans  o do ensino superior da regi  o, que tinha o objetivo de trazer para a regi  o uma IES pública que foi alcançado a partir da a o do Governo Federal em julho de 1986 cria o "Programa de Expans  o e Melhoria do Ensino Técnico" o qual d   condi es no ano de 1993 para a descentraliza o do Centro Federal de Educa o Tecnológica do Paran   (CEFET/PR), ao interior do estado que incorporou a FUNESP – Funda o de Ensino Superior de Pato Branco. Em conson  ncia com tal movimento em 1999 ocorre a incorpora o da FACIBEL – Faculdade de Ciências de Francisco Beltr  o pela UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paran   (RUBIN-OLIVEIRA, 2003).

O governo desse período, estabeleceu diversas medidas de reestrutura o⁵ para a Educa o Superior nas universidades públicas, para também atender e dar condi es para a verticaliza o da Educa o Superior. E assim, assegurar diretrizes delineadas nos três primeiros PNPG's,   que o governo criou o Programa Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) que objetiva o financiamento

⁵ Cria o das medidas de reestrutura o da Educa o Superior – governo de 1995-1999/1999-2002.

- Lei n  10.260, de 7 de dezembro de 2001, sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) e que permitiu a aloca o de verbas públicas para as institui es privadas, com avalia o considerada positiva, assegurando o preenchimento de parte das vagas do setor privado;

- Lei n  10.168, de 29 de dezembro de 2000, que estabeleceu o Programa de Estímulo   Intera o Universidade-Empresa para o Apoio   Inova o mediante parcerias entre universidades, centros de pesquisa e o setor privado;

- Lei n  10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educa o, com diversos vetos quanto ao financiamento da educa o na transferência de responsabilidades do poder público para a sociedade.

aos estudantes de renda baixa, mas que não teve a adesão esperada diante da taxa de juros sobre o empréstimo serem maiores que a taxa de crescimento da renda dos recém-formados, o que desestimulou o ingresso no ensino superior.

Neste panorama, **a terceira fase é, nitidamente, a de expansão do sistema de educação continuada**, concretizada através da diversificação de cursos e programas. Cumpre, entretanto, destacar que, independentemente da diversificação de diretrizes e estratégias, através das fases, existe uma inegável tendência de controle do estado, também mediado pelas políticas e pela busca de harmonização (FRANCO e MOROSINI, 2003).

Nesta perspectiva, o quadro abaixo, apresenta os dados da expansão das universidades federais brasileiras, sendo possível constatar que no período de 2005 a 2012 a criação de novas universidades resulta em um aumento de 71%, ou seja, 18 novas universidades. Um dos fatores para esse crescimento tem correlação com os programas de incentivo de acesso instituídos pelo governo federal a partir do PNE.

Ano	Criada 2003/2010		Preexistente		Prevista		Total	
	Instituições Federais de Ensino Superior	Universidade(s)						
2003	-	-	45	45	-	-	45	45
2004	-	-	45	45	-	-	45	45
2005	8	8	45	45	-	-	53	53
2006	8	8	45	45	-	-	53	53
2007	8	8	45	45	-	-	53	53
2008	10	10	45	45	-	-	55	55
2009	12	12	45	45	-	-	57	57
2010	14	14	45	45	-	-	59	59
2011	14	14	45	45	4	4	63	63
2012	14	14	45	45	4	4	63	63
Total Geral	14	--	45	--	4	--	63	--

Quadro 01 – Criação das Instituições Federais de Educação Superior no Brasil
Fonte: BRASIL. SIMEC – Painel de Controle do MEC (2013).

Percebe-se que nos últimos 10 anos, os programas de expansão da Educação Superior em âmbito federal, teve como meta interiorizar a Educação Superior público federal.

Concomitante ao período da interiorização e reestruturação da Educação Superior que teve sua expansão pela via pública, mas principalmente pela via privada, acontece a consolidação da política nacional de expansão também na região Sudoeste do Paraná. Sendo que “esse movimento se evidenciou nos anos de 1999 e 2000 quando a Região passou de 04 Instituições de Educação Superior (IES) para 13 Instituições, acompanhando assim o movimento de expansão pela via privada” (RUBIN, PEZARICO E FREITAG, 2012, p. 02).

Esse crescimento é decorrente da consolidação das políticas públicas que

sequenciaram no governo no período de 2003-2010 que visava, por sua vez, continuidade das recomendaes do BIRD com caráter assistencialista na promoo da Educao Superior.

O objetivo de ampliao do acesso não foi apenas pela via privada, mas também pela via do setor público com a criao de novas IES federais. No primeiro mandato do desse governo, a agenda teve os seguintes eixos, conforme o levantamento de dados representado pelas ideias de Sguissardi (2006):

- Proposta de uma reforma universitária;
- Expansão do sistema federal de ensino, com a criao de novas universidades e de novos campi universitários;
- Promulgao da lei de inovao tecnológica;
- Implantao do polmico Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- Promoo das aoes afirmativas.

A partir dessas políticas públicas e no dever da continuidade na trajetória da expansão e transitoriedade da Educao Superior para a modernidade, bem como para a consecuao dessas diretrizes, o **PNPG 2005-2010**⁶ constitui de forma significativa, um ambiente para a formao de profissionais especializados para todos os segmentos do mercado de trabalho e aspecto social.

O sistema educacional brasileiro  incorporado pelo PNPG 2005-2010 como fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconmico e cultural da sociedade. A Pós-Graduao  incumbida na formao de profissionais qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico.

Com relao às diretrizes do PNPG acima citado,  que no ano de 2005, a expansão da Educao Superior na região Sudoeste do Paraná transita por uma mudança sem dvida a mais marcante deste período: a transformao do CEFET/PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que passa a se constituir uma instituio federal brasileira que abrange o Ensino Médio com cursos técnicos integrados, e o Ensino Superior, oferecendo cursos de Bacharelados, Licenciaturas, Tecnológicos e Pós-Graduao de Mestrados e Doutorados em diversas áreas de conhecimento.

Dado esse movimento, no início do século XXI constitui outro momento histórico na região sudoeste do Paraná, a instalao de IES públicas federais: a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, no município de Realeza e as Faculdades Integradas de Palmas – PR, denominadas de FAFI/FACEPAL existentes desde 1969, são transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná –

⁶ As iniciativas relativas a um Plano Nacional de Pós-Graduao, embora encontradas mais remotamente nos ordenamentos jurídicos passados, devem ser buscadas na própria Constituio Federal de 1988 quando, no inciso XXIV do Art. 22, põe-se como competência privativa da União o legislar sobre as diretrizes e bases da educao nacional. Por sua vez, faz parte dessa educao nacional o conjunto das universidades as quais, pelo Art. 207, devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E, assim sendo, esse princípio não foge do mandamento do inciso VIII do Art. 206, que impo ao ensino o princípio da garantia do padrão de qualidade. Esse padrão de qualidade se vincula ao Art. 209, que d ao poder público a atribuio da avaliao de qualidade da educao nacional (BRASIL, 2004, p. 19-20).

UNICS, que no ano de 2010 mediante as reestruturações das políticas nacionais e a partir de iniciativas e integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, obtém mais um avanço com a aprovação e incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR – Instituto Federal do Paraná.

Segundo o Relatório de Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012, “há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão” (MEC, 2012, p. 27).

No que tange a educação na rede pública federal, o governo no período de 2007 a 2010, propiciou a expansão da Educação Superior mediante ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com mecanismos estruturais para ampliação do acesso às instituições privadas pelo PROUNI – Programa Universidade para Todos, UAB – Universidade Aberta do Brasil, o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e por fim, o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (PEREIRA e SILVA, 2010).

Neste mesmo governo ocorre a criação do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio)⁷ para as instituições privadas, com a finalidade de que o vestibular não seja a única forma de ingressar nas IES, e assim, possibilitar o ingresso por meio de diversos processos seletivos, bem como avaliar a educação no ensino médio (CATANI e OLIVEIRA, 2002).

A Educação Superior no Brasil nestes últimos trinta anos congrega um período de maior acesso e oferta de vagas, devido à criação de mais universidades federais e institutos federais, bem como no setor privado com a oferta de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) que tem como primazia criar políticas públicas para a inclusão e igualdade de condições para garantir assim o acesso à Educação Superior. Assim, o principal objetivo dessa política pública (PROUNI) está em atender as diretrizes estabelecidas nos PNPG’s, que é de ampliar a oferta de vagas e acesso à universidade aos brasileiros.

Portanto, o movimento de expansão das IES no Sudoeste do Paraná se deu na década de 1990 até meados de 2010, com acesso pelas instituições públicas e privadas, que contemplam cursos de graduação na formação de bacharelado, licenciatura e tecnológica; e ensino na Pós-Graduação em cursos de especialização (*Lato Sensu*), com Programas de mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*). A região sudoeste possui 20 IES públicas e privadas de ensino presencial. Destas, 10 IES são de caráter público e 10 de caráter privado, conforme o quadro abaixo apresenta.

MUNICÍPIOS	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Chopinzinho	FPA - Faculdade Palas Atena de Chopinzinho

⁷ ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio prova de nível nacional aplicada pelo MEC que ocorre o ingresso na Educação Superior quando do término da educação básica e pelos critérios que as IES definem. A partir da nota do ENEM é que o candidato concorre para vagas nas IES Federais, conforme classificação no SISU – Sistema de Seleção Unificada. Para a classificação na Educação Superior na instituição privada, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, é que atende na concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (MOROSINI, 2012).

	UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste
Clevelândia	FESC - Funda�o de Ensino Superior de Clevelândia
Coronel Vivida	UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste
Dois Vizinhos	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná UNISEP – Faculdade Educacional de Dois Vizinhos VIZIVALI – Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu
Francisco Beltrão	CESUL – Faculdade de Direito Francisco Beltrão FEFB – Faculdade Educacional de Francisco Beltrão UNIPAR – Universidade Paranaense UNOPAR – Universidade Oeste do Paraná UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Mangueirinha	Faculdade UNILAGOS
Palmas	IFPR - Instituto Federal do Paraná
Pato Branco	FADEP – Faculdade de Pato Branco FMD - Faculdade Mater Dei UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Realeza	CESREAL – Faculdade de Realeza UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

Quadro 02 – Institui es da Educa o Superior (presencial) na região Sudoeste do Paraná

Fonte: Rubin, Pezarico, Freitag (2012) adaptado.

Diferentes políticas para a Educa o Superior que foram instituídas no governo atual, tiveram objetivos bem delineados como o de expansão do sistema e de inclusão a segmentos da sociedade que não estavam sendo contempladas, como os indígenas, as classes de menor condi o financeira (filhos de operários e desempregados) e os afrodescendentes, visando equidade perante as oportunidades postas em torno da realidade do país.

E assim, em um vasto conjunto de planos oriundos desse governo, sendo que um primeiro mecanismo foi   op o em investimentos de institui es privadas da continuidade que garante o reforço da Educa o Superior como instrumento de prepara o da força de trabalho para o mercado. Em um segundo mecanismo, que foi a privatiza o interna das IES públicas, em especial as federais, permitindo a comercializa o de cursos de Pós-Gradua o *Lato Sensu* em parceria entre as universidades federais e empresas privadas e a cria o de mestrados profissionalizantes em parcerias com empresas públicas e privadas.

No Brasil, o discurso que se instalou nos aponta para dois eixos: a melhoria do ensino em todos os níveis do sistema e a adequa o da rede pública de ensino técnico vocacional às demandas da esfera produtiva (LUCENA, 2003). Nesta perspectiva   que o novo sistema de educa o integram as universidades de pesquisa, as interiorizadas ou regionais, os institutos profissionais, as universidades de educa o a distância, de ordem pública ou privada, com ou sem fins lucrativos.

Diante das inúmeras dimensões, como ajustes fiscais e estruturais, bem como as transforma es da base econômica no Brasil, a preocupa o que se tem   no âmbito de situar estratégias e a es legais de reformas da Educa o Superior no país. Isso obriga a pensar nas condi es das internaliza es históricas, políticas e econ micas dominantes e suas especificidade para uma análise integrada de uma dada realidade (LEFF, 2010).

Diante das perspectivas acerca dos movimentos da sociedade do conhecimento, “o **PNPG 2011-2020** se inscreve nesse quadro e deverá levar em considera o a necessidade de promover a sinergia desses três segmentos, no aspecto de favorecer a integra o do ensino de Pós-Gradua o com o setor empresarial e a sociedade”

(BRASIL, 2010, p. 17).

A expectativa em relação ao plano se dá no aparato de que novas e ou diferentes áreas contribuam para melhorar a qualidade da Educação Superior. Um dos temas inseridos no conjunto de programas e ações das políticas públicas do governo tem como foco os recursos humanos para empresas e para programas nacionais, que exigirão uma nova visão de avaliação e de processos de pesquisa, colocando a interdisciplinaridade no centro do sistema no PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010).

E assim, através do atual lema de gestão: “País rico é país sem pobreza”, o atual governo propõe expansões no âmbito educacional, alargando este espaço a novos programas e plataformas políticas, no intuito de investir nas variadas formações técnicas e profissionalizantes dos cidadãos. A partir da instituição e regulamentação da nova LDB, Saviani (2008) ressalta que a ampliação da oferta no ensino superior deve manter-se, em sua condição mantenedora como uma meta palpável, assegurando a proporção de vagas do ensino público não inferior a 40% do estimado, além de propagar a união entre os Estados, no intuito de estabelecer maiores índices de pesquisas e desenvolvimento entre as instituições de ensino e arcar com o surgimento de novas instituições.

A Pós-Graduação tem seus desafios, questionamentos e problemas que surgem no decorrer do processo, porém, o que fica explícito é que os planos possuem objetivos comuns quanto “a institucionalização da Pós-Graduação, a formação de recursos humanos de alto nível e melhoria de qualidade dos cursos de Pós-Graduação” (BRASIL, 2004, p. 193).

Em decorrência das políticas públicas atuais, o governo em um esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes - e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, promove o programa Ciência sem Fronteiras para consolidar a expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, inovação e competitividade brasileira por intermédio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

Para também atender a essas dinâmicas e movimentos, o programa “Ciência Sem Fronteiras”, implantado em 2011, estabelece a concessão de bolsas internacionais aos estudantes, professores e pesquisadores para as áreas consideradas prioritárias e estratégicas no contexto do plano de desenvolvimento. A adoção dessa política centra-se prioritariamente no avanço na Ciência, Tecnologia, Inovação (CT&I) e competitividade industrial. Assim, reforça a ideia de que a internacionalização empregada pelo processo de ensino, toma a ciência um parâmetro de especialização discente e agrega propostas para o aceleração da globalização.

Tal situação, de certa maneira inédita, é observável no Quadro 5, as políticas públicas no contexto nacional e internacional nas últimas duas décadas, bem como as ações estabelecidas pelos três governos quanto às reformas na Educação Superior.

Política (ações)	Contexto (nacional)	Contexto (internacional)
------------------	---------------------	--------------------------

(1994-2002)	FIES Retomada da reforma Universitária Exame Nacional de Cursos (Provão) Expansão de IES pela via privada	Privatiza�o das IES públicas. Diversifica�o institucional, políticas de acesso e sele�o. Flexibiliza�o na oferta do ensino superior. Descentraliza�o das estruturas da IFES. Centraliza�o dos controles das IFES.	Novos acordos internacionais. Declara�o de Bolonha (1999). Institui�o de rankings globais.
(2003-2010)	Provão (melhorias) ENADE Sistema de cotas SINAES PROUNI REUNI UABs PDE IFEs	Varia�o da renda real brasileira. Mudanças na política monetária, fiscal e cambial. Visibilidade internacional. Eleva�o do preço das commodities.	Conferência Regional de Educa�o Superior (Colombia, 2008). CRES, cria�o do Espaço de Encontro Latino-Americano (ENLACES). Conferência Mundial de Educa�o Superior (Paris, 2009).
Dilma (2011-2014)	PRONATEC. Bolsas de incentivo (CNPq, CAPES, FAPs) Cotas obrigatórias às Institui�es Federais; Ciência Sem Fronteira.	Expansão e interioriza�o dos institutos e universidades federais. Promo�o da forma�o de profissionais para o desenvolvimento regional. Estímulo � perman�cia dos profissionais de ES no interior do país. Potencializa�o da fun�o e engajamento dos institutos e universidades na supera�o da miséria e na redu�o das iniquidades sociais. Internacionaliza�o da Educa�o Superior. Redu�o das taxas de juros.	Agravamento da crise internacional. Redu�o do poder dos mercados financeiros doméstico e internacional. Ruptura da hegemonia do segmento bancário-financeiro no bloco no poder. Aumento das importa�es de manufaturas. Desarticula�o das cadeias produtivas doméstica.

Quadro 03 – Políticas Públicas governamentais no contexto nacional e internacional

Fonte: Dados de pesquisa.

As a es oriundas de contextos nacionais e internacionais acabam sendo ressignificadas no contexto local,   perceptível que cada institui o ressignificam as políticas e a es dependendo do contexto em que se insere e de seu grau de autonomia e consolida o. Atualmente algumas dessas ressignifica es ocorreram a partir de acordos internacionais, principalmente a Declara o de Bolonha e conferências como CRES - Conferência Regional da Educa o Superior, ENLACES - Espaço de Encontro Latino-Americano e CMES - Conferência Mundial de Educa o Superior, que impulsionaram a es educacionais de expansão e qualidade na Educa o Superior no contexto nacional.

4 Conclusões

O artigo teve como objetivo caracterizar a região Sudoeste do Paraná a partir de dados gerais no que diz respeito a expansão da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) e suas interfaces com o desenvolvimento. A partir das pesquisas, foi possível observar que ocorre a implementação das políticas públicas educacionais para a inserção das Instituições de Ensino Superior no contexto brasileiro estabelecendo a relação dessas instituições com o desenvolvimento, seja ele de ordem nacional, estadual e ou regional.

As políticas públicas para a Educação Superior parecem indicar maior aproximação entre os princípios neoliberais que demonstram uma coerência entre o discurso e a prática política. O processo de reforma da Educação Superior nesta década orientou-se por um perfil pragmático que teve implicações em alterações na concepção e organização da Educação Superior, pelos mecanismos de privatização das instituições públicas e o fortalecimento das instituições privadas.

O que foi observado, é que o movimento de expansão das IES foi fortemente influenciado pelos organismos internacionais como a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e OECD - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico e organismos nacionais demandaram posicionamentos políticos para os aspectos de desenvolvimento. Constatou-se que o Sudoeste do Paraná acompanhou os movimentos nacionais de expansão, interiorização e verticalização da Educação Superior contribuindo para o processo de desenvolvimento regional.

É importante ressaltar que a ampliação de universidades e campi, atendeu aos PNPGs que expressam objetivos desde a formação e expansão do número de docentes nas universidades até a oferta de novos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) nas instituições públicas. Na região em estudo, esse processo ocorreu com a implantação dos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) nas instituições públicas (federais e estaduais), com forte vinculação em contribuir para o desenvolvimento. Sendo assim, desenvolvimento passa a ser manifestado em documentos e discursos como pano de fundo para a sociedade. A Educação Superior é um dos meios estratégicos para promover e ou viabilizar esse desenvolvimento, sendo ele de ordem social e econômico.

É importante ressaltar que a ampliação de universidades e campi, atendeu aos PNPGs que expressam objetivos desde a formação e expansão do número de docentes nas universidades até a oferta de novos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) nas instituições federais, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento. Sendo assim, desenvolvimento passa a ser manifestado em documentos e discursos como pano de fundo para a sociedade. A Educação Superior é um dos meios estratégicos para promover e ou viabilizar esse desenvolvimento, sendo ele de ordem social e econômico.

No entanto, a partir dessas análises foi possível também compreender a perspectiva de movimentos interdependentes, entre Educação Superior mais especificamente a Pós-Graduação, como os movimentos da realidade local e global.

Aspectos de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como formativo, são imprescindíveis para que essas ações surjam no sentido de consolidar os programas implantados e que envolvem a incorporação de pessoal qualificado em pesquisa e Pós-Graduação.

A atuação da Pós-Graduação pode estabelecer diálogos para além do

conhecimento científico, pode estabelecer diálogos de saberes, os quais podem se constituir em novos olhares tanto na pesquisa, quanto no ensino e na extensão. Logo, a atua o da Pós-Gradua o pode ser instrumento para ampliar a produ o científica e tecnológica, bem como qualificar profissionais para atuarem nos diferentes campos do saber. Outro fator vinculado   Pós-Gradua o está relacionada com atividades transfronteiriças, ou seja, mobilidade de discentes e docentes, coopera es institucionais e de rede firmadas entre países para a transferência de conhecimentos acad micos e pesquisa internacional.

Como análise final, constata-se que a Pós-Gradua o possui papel imprescindível na forma o de profissionais, pesquisadores e docentes altamente qualificados, com condi es para atender às necessidades de desenvolvimento que o país neste período precisaria enfrentar.

Referências

ALMEIDA, Maria de Lourdes P. de, CATANI, Afrânio M. **Educa o Superior na América Latina: possibilidades, impasses e possibilidades**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

AMSOP- Associa o dos Municípios do Sudoeste do Paraná. **Popula o Censitária**. Disponível em: <http://www.amsop.com.br/home.php>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edi es 70, 1977.

BERNARTT, Maria de Lourdes. **Desenvolvimento e Ensino Superior: um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos**. 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Educa o) – Faculdade de Educa o. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

BRASIL. **Constitui o (1988)**. Constitui o da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Educa o e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Gradua o. **I Plano Nacional de Pós-Gradua o**. Brasília, DF, 1974. In: BRASIL. Ministério da Educa o. Coordena o de Aperfei amento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Gradua o – PNPG 2005/2010. Brasília, DF. 2004.

_____. Ministério da Educa o e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Gradua o. **II Plano Nacional de Pós-Gradua o**. Brasília, DF, 1982. In: BRASIL. Ministério da Educa o. Coordena o de Aperfei amento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Gradua o – PNPG 2005/2010. Brasília, DF. 2004.

_____. Ministério da Educa o e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Gradua o. **III Plano Nacional de Pós-Gradua o**. Brasília, DF, 1985. In: BRASIL. Ministério da Educa o. Coordena o de Aperfei amento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Gradua o – PNPG 2005/2010. Brasília, DF. 2004.

_____. Ministério da Educa o. **Plano Nacional de Pós-Gradua o – PNPG 2011- 2020**. Coordena o de Pessoal de Nível Superior. Brasília: CAPES, 2010. 2 v. ISBN – 978-85-88468-15-3.

_____. **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES**. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/faq.html>. Acesso em: 05 ago. 2012.

_____. **SIMEC – Painel de Controle do MEC**. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2013.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. **Educa o Superior no Brasil: reestrutura o e metamorfose das universidades públicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DA VEIGA, José Eli. **O prelúdio do desenvolvimento sustentável**. In. CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento. pp. 243-266, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. **Educa o Superior, globaliza o e democratiza o. Qual universidade?** Rev. Bras. Educ. [online]. 2005, n.28, pp. 164-173. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413->

24782005000100014.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai e MOROSINI, Marília Costa. **Políticas Públicas de Educação Superior: compromissos, cooperação e desafios.** Ulbra - GT: Política de Educação Superior /n.11. 2003. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariaesteladalpaifranco.rtf. Acesso em: 01 jan. 2013.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126 p.

FURTADO, Celso. Mesa 5. Depoimentos sobre o Pensamento de Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento nº 1.** Rio de Janeiro, julho de 2006, ano 1, nº 1. 280 páginas, 239-278p. ISSN - 1809-8606.

KUMMER, A. A. ; SANTOS, G. D. ; CORONA, H. M. P. ; PERONDI, M. A. ; MELLO, N. A. . Arranjos Produtivos Locais como Estratégia de Desenvolvimento Regional e Superação do Paradigma da Racionalidade na Modernidade: O caso dos APLs do Sudoeste do Paraná. In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade - **SEDRES**, 2012, RIO DE JANEIRO - RJ. I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade - **SEDRES** - Abordagens e Experiências. Rio de Janeiro - RJ: IPPUR/UFRJ, 2012. v. 1. p. 1-21.

LUCENA, C. A. Educação e Trabalho: interfaces do mercado. In: José Claudinei Lombardi. (Org.). **Temas de Pesquisa em Educação.** 1ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003, v. 1, p. 143-159.

LEFF, Enrique (coord.). **A complexidade ambiental.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINI, Marcos Junior ; SILVA, Christian L. da . Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. Revista **Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, p. 107-129, 2012.

MOROSINI, Marília Costa. **O Brasil e a Educação Superior.** Prepared for delivery at the 2012 Congress of the Latin American Studies Association, San Francisco, California – US May 23-26, 2012.

PASTRO, Ivete I. **Reações dos Professores à incorporação da faculdade de ciências e Humanidades de Pato Branco pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.** 1999. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luiz Fernando Santos Corrêa. **Dossiê: Os Anos Lula. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou Democratização?** Revista Debates: Porto Alegre, v.4, n. 2, p. 10-31, Jul-Dez. 2010.

PERONDI, M. A. ; KIYOTA, N. ; GNOATTO, A. A. . Políticas de apoio a diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva.. In: XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2007, Londrina. **XLV Congresso da SOBER.** Londrina: UEL, 2007. v. 1.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história.** 2. ed. rev.e ampl. Passo Fundo: UPF, 2005.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. **Ensino Superior: Uma Análise da Expansão no Sudoeste do Paraná.** In: 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003, Poços de Caldas. 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; PEZARICO, Giovanna; FREITAG, Bruna E. B. . **Educação Superior no Sudoeste do Paraná: Movimentos de Expansão no Contexto do Desenvolvimento Regional.** In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, 2012, Rio de Janeiro. I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade Abordagens e Experiências, 2012.

SCHLEMPER, Alexandre Luiz. **Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Palmas: Possibilidades e Limites de Atuação nos Arranjos Produtivos Locais da Região Sudoeste do Paraná** (Dissertação Mestrado). UTFPR: Pato Branco BR-PR, 2013.

SILVA, C. L. Desenvolvimento Sustentável. Um conceito Multidisciplinar. IN: SILVA, C.L.; MENDES, J. T. G. (Orgs). **Reflexões sobre desenvolvimento sustentável.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.11-40.

SILVA, C. L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA JR. João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil**
97 CAP Accounting and Management - Número 08 – Ano 08 – Volume 8 – 2014 – Publicação 2015

Sudoeste do paraná: a ps-graduação (stricto sensu) e as interfaces com o desenvolvimento regional

– **Reformas do Estado e Mudanças na Produção.** Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014:** documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.